

ofensiva nas escolas

A Sunab inicia hoje uma ofensiva de fiscalização das mensalidades escolares. Segundo o assessor especial do ministro da Fazenda, Cláudio Adilson Gonçalves, essa decisão se deve às inúmeras denúncias de abusos cometidos pelas escolas. A operação será mais intensa em Brasília e em São Paulo, onde foram registrados maiores números de denúncias. Ele disse também que todas as denúncias serão apuradas e que haverá mais rigor nas fiscalizações por amostragem.

Cláudio Adilson lembrou que o descumprimento da lei pode custar à escola a cassação de sua licença de funcionamento. Elas também estão sujeitas às multas da Sunab, que são "altíssimas". Isso porque cada carnê com preço acima do determinado por lei representa uma infração. Além do mais, a multa cresce com a reincidência. Ou seja, uma escola estaria reincidindo na infração a cada carnê.

Desde junho, as mensalidades saíram do congelamento para um regime de liberdade vigiada. Nesse sistema, elas estão autorizadas a cobrar o suficiente para cobrir seus custos, além de uma margem de lucro de 10 por cento. Para que não houvesse ajustes muito bruscos, no mês de junho foi estabelecido um máximo de 30 por cento para os reajustes. A partir daí, no entanto, vale a variação de custos mais 10 por cento.

As escolas, porém, não podem calcular seus custos aleatoriamente. A mesma lei que lhes deu a liberdade vigiada estabelece que elas devem manter guardados documentos que comprovem a variação de custos, à disposição da fiscalização. Segundo explicou Cláudio Adilson à época do vigor desta lei, os pais que desconfiarem de abusos devem solicitar, de preferência através das Associações de Pais e Mestres (APMs), o acesso a esses documentos.

Além do mais, as escolas precisam protocolar uma planilha demonstrativa de custos junto à Sunab e ao Conselho de Educação antes de praticar o reajuste. "Essa planilha é como uma declaração de Imposto de Renda", explicou ele. Portanto, estão sujeitas à fiscalização e dados falsificados são puníveis.

NO DF

Até ontem à tarde, o delegado substituto da Sunab em Brasília, Antônio Duarte, não havia recebido comunicação oficial sobre a determinação. Para facilitar a formalização das reclamações que chegam às dezenas ao Procon, ao Conselho de Educação do DF, e à Sunab, os três órgãos se reuniram e elaboraram um requerimento, que os pais assinam, indicando o nome da escola denunciada.

Os requerimentos assinados no Procon são enviados ao final do dia para o Conselho de Educação para verificação da planilha da escola. O

colégio denunciado será então notificado pela Sunab, e terá dez dias para apresentar toda a documentação exigida. Se ficar comprovado que a escola está praticando uma margem de lucro superior a 10 por cento — teto máximo permitido pelo decreto 95.921 — a escola estará sujeita a multas que variam de 500 a 200 mil BTNs e até mesmo a interdição.

Todo este processo pode ser desenvolvido em até 60 dias, prazo que o Conselho de Educação tem por lei para analisar as planilhas. Mas o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do DF, professor Júlio Gregório, entende que o trabalho pode ser feito em até 15 dias. De qualquer forma ele pede aos pais paciência, diante das inúmeras reclamações recebidas.

"Em média estamos recebendo setenta reclamações por dia", informou Gregório. Porém nem todas são formalizadas. Até ontem havia 19 processos instalados no Conselho de Educação contra as seguintes escolas: São Francisco, Inei, Maria Auxiliadora, Leonardo da Vinci, Santo Antonio, Marista, Pio XII, Pedacinho do Céu, Centro de Educação Universal, Casinha Feliz, Madre Carmen Salles, O Colibri, Minas Gerais, Nossa Senhora do Rosário e Colégio Santa Dorothea.

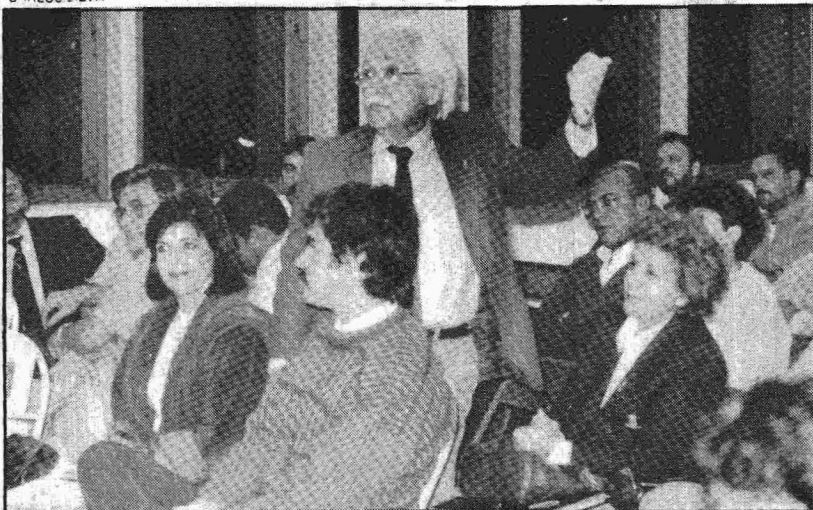
Muitos pais reclamaram contra os preços cobrados pelas escolas para os cursos pré-escolares. Como restam dúvidas se estes cursos estão incluídos entre os livres, como os de dança e música, a Câmara de Legislação e Normas do Conselho de Educação julgará a questão na próxima segunda-feira.

MEDIDA CAUTELAR

Com o objetivo de tornar mais ágil a fiscalização, o Procon quer renovar convênio assinado com a Sunab em 1986, quando vigorou o Plano Cruzado. Através do convênio, funcionários do Procon são credenciados a fiscalizar as escolas em nome da Sunab, podendo lavrar multas, encaminhadas em seguida à Superintendência Nacional de Abastecimento. O diretor-executivo do Procon, Melchíades do Espírito Santo Ferreira, explicou que três funcionários do órgão continuam credenciados para realizar a fiscalização, mas a idéia é aumentar o credenciamento.

Segundo várias denúncias encaminhadas ao Ministério da Fazenda, a maioria dos estabelecimentos de ensino, principalmente de Brasília e São Paulo, não está cumprindo as regras do sistema da liberdade vigiada, autorizado pela portaria 140 do Ministério da Fazenda, expedida há menos de um mês. Conforme a portaria, as escolas não poderiam cobrar em junho mais que 30 por cento de aumento, além de não poder exceder a um lucro de 10 por cento.

CARLOS SILVA



Pompeu de Souza informa aos pais que a revogação será pedida

Pais contra a liberdade vigiada

A comissão formada por pais de alunos das escolas particulares do Distrito Federal reuniu-se ontem, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na perspectiva de conseguir a revogação da portaria que institui o regime de liberdade vigiada para as escolas reajustarem seus preços. A portaria 140 do Ministério da Fazenda permite aumentos consideráveis. De acordo com a lei, a escola deverá levar em conta os seus custos e uma margem de lucro de 10 por cento ao fixar o valor das mensalidades.

Mas essa não é a realidade na maioria das escolas de Brasília. O Colégio Minas Gerais, por exemplo, localizado na 908 Norte, vem cobrando, segundo os pais, acima "do que a poupança ofereceu de janeiro a julho — 170 por cento. Durante esses meses, o colégio reajustou em cerca de 391 por cento. "Isso é um absurdo. Como vamos pagar o colégio dos nossos filhos com um preço tão elevado como esse?", desabafou um pai.

A justificativa encontrada pelo Colégio Minas Gerais foi de que a instituição não ultrapassou os limites

exigidos pela portaria do Ministério, já que de acordo com o Conselho Federal de Educação (CFE), "as escolas podem aumentar os seus preços até que o Conselho se pronuncie ao contrário: "Se o CFE determinar que devemos cobrar a menos, vamos devolver o dinheiro que recebemos. Mas isso vai depender do Conselho", declarou José Pio de Abreu, diretor do Colégio.

PASSEATA

A comissão está disposta até a fazer uma paralisação, caso o Governo não revogue a portaria ou pelo menos, encontre outra saída para diminuir os preços cobrados pelas escolas. "O Colégio Pedacinho do Céu, onde o meu filho estuda, virou um verdadeiro inferno para o orçamento da minha família. Precisamos de uma solução urgente", questionou um pai.

Outra proposta é o não pagamento das mensalidades até que "o Governo moralize a questão". Para que isso não cheque a acontecer, a comissão, contando com o apoio dos parlamentares da bancada do DF, prepara um documento reivindicando a revogação da portaria.

Guerra da mensalidade

A disputa entre os alunos e diretores da UPIS — União Pioneira de Integração Social —, em torno das mensalidades cobradas, ainda não chegou ao fim. Na segunda-feira à noite um oficial de Justiça esteve na instituição para notificar os diretores da decisão de prorrogar até amanhã o prazo para as matrículas (que seriam encerradas no dia 10). A Justiça também havia determinado que a direção apresentasse na segunda-feira os cálculos das mensalidades, refeitos dentro dos limites estabelecidos pela Sunab. Mas a determinação não foi cumprida. Hoje os membros do DCE — Diretório Central dos Estudantes — da UPIS pretendem entrar com novo UPIS

de de segurança contra a expulsão de alguns alunos.

REVOGAÇÃO

O conflito na União Pioneira começou em meados do ano passado. Os alunos julgaram-se lesados pelos aumentos aplicados nas mensalidades. Entraram na Justiça com uma liminar pedindo a correção pelos índices estabelecidos pelo Governo. A liminar foi concedida em agosto de 1988, e as cobranças caíram "150 por cento", segundo José Armando Lopes de Souza, diretor jurídico do DCE e formando do curso de Estudos Sociais. Mas no mês seguinte, setembro, a liminar foi revogada, e os preços voltaram a subir.